



**GUERRA COLONIAL**

# Ernestina e “os lutos inacabados do império”

Durante os primeiros seis anos da guerra colonial, o Estado só pagava o regresso de militares vivos. Permanecem até hoje enterrados em África cerca de 1500 corpos. Muitas famílias já os esqueceram, algumas ainda não. A arqueóloga Conceição Vitoriano Maia foi à Guiné desenterrar o irmão. Otilia Gonçalves só quer trazer “o mano” de Angola.

**CATARINA GOMES** 24 de Dezembro de 2017, 8:45

“Pedia a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, pela sua saúde, já que não tive a sorte de trazerem o meu filho vivo, peço-lhe que mo mandem mesmo morto. Para eu o adorar e rezar ao pé

daquele bom querido filho. Peço imensa desculpa a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> destas minhas tristes palavras, mas a dor é tão grande que não sei onde hei-de respirar. O nome do meu filho é Francisco da Luz Carloto.”

Sem querer, a carta de uma camponesa alentejana que não sabia escrever ajudou a mudar um pormenor da história.

Maria Florinda da Luz tinha sido informada por telegrama que o filho tinha morrido na guerra em Moçambique a 19 de Janeiro de 1967. Se o quisesse trazer, teria de pagar 12 mil escudos, o que equivaleria, aos preços de hoje (de acordo com o conversor da Pordata), a cerca de 4 mil euros. Era impossível, mas a mãe do soldado sentiu que, à sua maneira, tinha de fazer alguma coisa.

“A minha sogra era uma mulher sem estudos, mas bem resolvida”, lembra ao P2 a nora, Brígida Leitão. Partiu dela a ideia de ir ter com quem sabia, “o senhor presidente da junta”: “Ela a chorar disse-lhe tudo o que sentia, o que tinha no coração” e ele lá organizou e arrumou as frases à sua maneira, que assim seguiram, em tom submisso, para o ministro da Defesa, uma ousadia nos tempos que corriam.

Desde que a guerra tinha começado, em Angola em 1961, que o Estado português só pagava a ida e o regresso aos militares

vivos, não o dos mortos. Quem queria trazer os seus tinha de pagar e quanto mais longe morria o militar mais caro: trazer um corpo de Moçambique era o mais caro; da Guiné, por ser mais próximo, ficava um pouco mais barato, 7500 escudos (cerca de 2500 euros), lembra o livro de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975* (QuidNovi), que cita a carta da mãe e explica as suas repercussões.

“A transladação era incomportável para a maioria das famílias, era uma sociedade ruralizada, com hierarquias, com uma desigualdade mais nítida e aceite do que é hoje”, explica Carlos Matos Gomes. O que, na prática, acontecia é que eram as famílias dos oficiais quem mais meios tinha para pagar pelo regresso dos seus mortos. “A transladação era para uma elite social”, constata o autor e coronel na reserva.

A grande maioria dos mais de cerca 1500 militares portugueses (de acordo com o levantamento mais recente feito pela Liga dos Combatentes) que permanecem até hoje enterrados em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique “são soldados e cabos, há alguns sargentos e muito, muito poucos oficiais”, constata Carlos Matos Gomes.

## ***1500 militares portugueses permanecem até hoje enterrados em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique***

A não vinda dos corpos era uma das formas que assumia a pouca visibilidade da morte na guerra. Carlos Matos Gomes lembra, por exemplo, que, se morriam vários homens numa operação, os jornais tinham instruções para diluírem as mortes por vários dias, em pequenas notícias a uma coluna, de um a dois mortos de cada vez, publicadas em páginas interiores. Além disso, nota, os mortos que chegavam vinham em navios de transporte dentro de vulgares caixotes de madeira e as urnas eram desembarcadas longe da vista e desencaixotadas no depósito de adidos da Ajuda. Mesmo os feridos chegavam durante a noite.

A política de transladações permaneceu inalterada e sem grande polémica até à tal carta vinda da aldeia alentejana do concelho de Nisa, Tolosa. Brígida Leitão sabia da carta, mas desconhecia que o Estado tinha passado a assegurar as transladações depois da iniciativa da sogra. O que sabem é que Francisco da Luz Carloto veio de Moçambique e está enterrado no cemitério de Tolosa.

Foi pouco depois da carta, em Março de 1967, que as Forças Armadas passaram a assegurar os custos da transladação dos corpos de África, mas a família tinha, à mesma, algumas despesas, por exemplo, pagar o caixão de chumbo e o transporte do hospital militar até ao cemitério da terra natal.

Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes constataam na sua obra que, das 2238 baixas ocorridas entre 1961 e 1966, na altura, só foram trazidos para Portugal 326 corpos, o que representava apenas cerca de 15% do total de mortos desse período. Era visível que os custos eram o grande obstáculo porque de Moçambique, onde a despesa era maior, só vieram 5,5% dos corpos, de Angola 12,9% e da Guiné, por ser um pouco menos oneroso, um pouco mais, 27,2%.



Ernestina da Silva — que só este mês, 54 anos depois da morte do pai em Angola, em 1963, conseguiu trasladá-lo para Portugal — não sabe se, na altura, foi sequer dada a possibilidade à mãe de pagar os 10 mil escudos que eram exigidos à família, o que equivaleria a cerca de 4000 euros aos preços de hoje. Teria sido indiferente. Era

impossível angariar essa quantia. A mãe vivia da agricultura, plantava batatas, tomates, faziam azeite e vinho. Teve aliás de emigrar para a Alemanha, deixando a filha com oito anos a ser criada pelos avós. Os pais do soldado morto também pouco podiam fazer, eram agricultores, nove filhos. Nunca houve campa.

Ainda devolveram à família a aliança e o mostrador do relógio Sigma que o soldado António Lopes da Silva usava quando foi morto, “que veio cheio de sangue”, e que Ernestina conserva até hoje dentro de uma caixinha de veludo. Nunca ninguém da sua família se lembrou de reclamar, nem saberiam como o fazer. Era assim. Aceitava-se.

E não era só a impossibilidade de trazer o corpo. À família nada foi dito sobre como tinha ocorrido a morte. Ernestina Silva sabia o dia em que o pai tinha morrido, 3 de Outubro de 1963, que tinha morrido em combate. Mais nada.

E esse não saber era “um nó” dentro de Ernestina, mesmo com 56 anos. Emigrada nos Estados Unidos, tornou o Facebook a sua ferramenta de busca, fez-se amiga de todos os que a pudessem ajudar, sobretudo pára-quedaistas, como o pai era, e todas as semanas, ritualmente, ia “bisbilhotar” às suas páginas. “Encontrei o meu pai”, disse à filha um dia, que não acreditou, “tu és doida”. Pediu logo o contacto ao sargento pára-quedaista, Isidro Moreira Esteves, que

tinha posto na sua página daquela rede social uma fotografia de homenagem ao soldado António Lopes da Silva e que aceitou atender o telefone àquela desconhecida já madrugada dentro. Estava tão feliz que nem deve ter pensado na diferença horária, lembra o sargento na reserva. “Chorou, chorou uns bons minutos” e Isidro deixou-a chorar.

## ***“Foi como se ele me estivesse a dizer ‘obrigado, estou aqui’”***

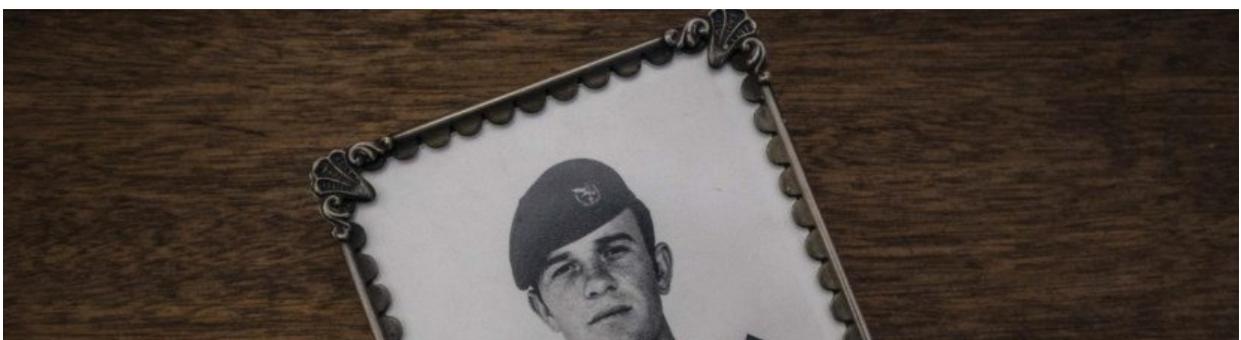
Ernestina Silva

Isidro Esteves não tinha só posto a fotografia do pai de Ernestina, como faz com muitos outros pára-quedistas, ele tinha-o visto morrer cinco metros à sua frente. Na aldeia de onde António Lopes da Silva era natural, Lobão da Beira (concelho de Tondela), circulou a certa altura o rumor de que o soldado não tinha morrido em combate, que tinha sido morto numa briga com um colega militar, conta Ernestina. Agora, aquele sargento na reserva vinha contar-lhe que o pai se voluntariou nesse dia, estava de folga, e que era o homem que seguia à frente da coluna com o seu cão de guerra, que não teve tempo para cheirar o inimigo que o matou com um tiro nas costas, à entrada de uma pequena clareira com capim. Tinha feito 22 anos dias antes. “Durante todo o tempo, o seu cão esteve sempre ao lado, sentado nas patas traseiras, recusando afastar-se do tratador, e sempre a uivar”,

contou o major José Calheiros na cerimónia fúnebre de 6 de Dezembro. Durante todos estes anos, tinha estado enterrado num cemitério de Luanda, com o seu nome perfeitamente identificado.

Ter o pai num sítio onde pode Ernestina ir visitá-lo e saber como foi a sua morte, limpa de rumores, ajudaram a produzir dentro dela uma “paz incrível”, uma mistura “de alívio e alegria”. No funeral, “foi como se ele me estivesse a dizer ‘obrigado, estou aqui’”. Na lápide em granito, que ainda está por fazer, vai colocar as suas datas de nascimento, de morte e de “regresso a casa”.

“Mãe, o pai voltou para casa.” A filha disse-lhe a frase ao ouvido, como se sussurrada a essa proximidade a mensagem tivesse mais possibilidade de lhe chegar ao cérebro. Claro que a mãe não reagiu, só abre e fecha os olhos, está em coma há três anos, mas era a pessoa para quem aquela mensagem, aquele funeral fora de tempo, mais teria tido importância. Ficou viúva aos 22 anos, sozinha a criar uma menina de dois anos que era Ernestina. Foi, por isso, a primeira pessoa a quem foi contar, mesmo sabendo que “a mãe já não está cá”.





Mas o problema dos militares mortos que ficaram em África não teve só que ver com os custos. Muitos militares não foram transladados para Portugal porque permanecem até hoje em lugar incerto (200) ou continuam desaparecidos (267), informa o presidente da Liga dos Combatentes, o general Chito Rodrigues. Estes casos incluem, por exemplo, militares enterrados em situação de combate no local da morte, afogamentos, corpos enterrados em cemitérios improvisados das próprias unidades, que se encontram dispersos pelos territórios em lugares que hoje são mato e capim.

O irmão de Conceição Vitoriano Maia foi, até dada altura, um desses corpos sem paradeiro. Morto a 23 de Maio de 1973 (quando o Estado já custeava a transladação), a notícia que lhes chegou a casa já não veio por telegrama. “Não era normal ter a GNR à porta, eram dois, vinham a pé...” Tinha dez anos, não ouviu o que disseram à mãe. “Não precisei.” Quando saíram, a mãe chorava. O filho tinha “desaparecido em combate”. É pior

do que “morto em combate”, afirma. Embora a mãe sentisse durante longos anos a necessidade de repetir, mesmo a desconhecidos, “eu tinha um filho, morreu na Guiné”, manteve durante muitos anos a esperança no regresso do filho: “Ele ia chegar um dia. Sempre que batiam à porta fora de horas...” Mas era um problema sem solução e os anos passaram.

Até que um sargento pára-quedista, Manuel Rebocho, descobriu em 2006 que tinha havido três soldados pára-quedistas que tinham ficado enterrados no mato em Guidaje (Guiné-Bissau) e que nunca ninguém tinha voltado para ir buscar, embora a divisa dos pára-quedistas fosse precisamente “Ninguém fica para trás”. Inconformado, começou a contactar entidades e famílias. Conceição Vitoriano Maia já estava pacificada em relação ao assunto do irmão, não havia corpo mas a sua morte era incontroversa. O sargento veio informá-la de que existia um mapa da altura desenhado pelos militares da unidade com a localização das sepulturas. E Conceição sentiu que, sabendo-se onde estava, não podia deixá-lo lá. Começou tudo em 2006, as cartas, os requerimentos, os pedidos de reuniões, à qual se juntou a Associação de Pára-Quedistas.

### ***“Como é que alguém consegue ser duas: a arqueóloga e a irmã? Foi muito difícil de gerir”***

Conceição Vitoriano Maia

Conceição Vitoriano Maia diz que, no início, o que encontrou junto de entidades oficiais militares foi obstáculos.

Respondiam-lhe que era um assunto encerrado, que era demasiado tarde. Face às resistências, decidiu então que, em vez de ser uma operação militar, organizaria ela própria uma missão civil para trazer o corpo do irmão e dos dois outros pára-quedistas que estavam no mesmo local. Ela era arqueóloga, mais habituada a escavações do período romano, é certo, mas estava disposta a fazer este trabalho.

O presidente da Liga dos Combatentes afirma que uma missão deste tipo estava a ser planeada há dois anos e que a liga acabou por aceitar incorporar na equipa da primeira missão a União de Pára-Quedistas.

Certo é que a ida à Guiné decorreu em Março de 2008 e acabou por ser o início da chamada *Operação Conservação de Memórias*, levada a cabo pela liga com o objectivo de “dignificar” os restos mortais de militares dispersos por vários locais e transferi-los para cemitérios centrais. O objectivo nunca foi assegurar a transladação para Portugal mas, localizados os militares, podiam ajudar as famílias que o quisessem fazer, explica Chito Rodrigues. A Liga dos Combatentes tem um protocolo com a TAP que assegura gratuitamente às famílias a viagem do cemitério da capital do país africano para

Lisboa, mas as restantes despesas são a cargo da família, e ainda podem ser bastantes.

“Nós não percebemos porque é que essas pessoas não foram todas trazidas”, afirma o responsável, mas lembra que “a liga não substitui o Estado, actuamos onde o Estado não actua, como complemento, nos mortos e nos vivos”.

Conceição Vitoriano Maia lembra esses dias da missão na Guiné como de grande intensidade emocional. À noite, depois dos dias em escavações, conseguia dormir só com ajuda de calmantes. “Como é que alguém consegue ser duas: a arqueóloga e a irmã? Foi muito difícil de gerir.” Tinha como função destapar a área onde supostamente tinham sido enterrados vários militares, um deles o seu irmão, para depois deixar as colegas antropólogas trabalharem na identificação das ossadas. Como arqueóloga, está mais do que habituada a destapar esqueletos, são objectos arqueológicos como quaisquer outros, “como pedras”, mas aqui sabia que num daqueles rectângulos de terra mais clara jazia o irmão. Encontraram muitos objectos por aqueles dias, um cachimbo, garrafas de cerveja, pentes, pulseiras, anéis, objectos religiosos. E um pequenino coração de pedra cor-de-rosa para usar num fio. Pertencia ao esqueleto E, a letra correspondente à sua ordem de aparecimento.

O esqueleto E era António Vitoriano, morto aos 21 anos, o seu irmão. O pequeno pendente pertencia-lhe mas nem ela nem a mãe lhe conheciam o objecto. Não foi por causa dele que o identificaram. Cada ossada é uma história. A de António Vitoriano estava na clavícula. Quando o irmão tinha oito anos tinha caído de bicicleta e partido esse osso e lá estava ele, remendado. “Nem sei como é que fui capaz emocionalmente. Foi muito pesado.”

### ***43 corpos na Guiné e outros 73 corpos em Moçambique, recuperados com a Operação Conservação de Memórias. Desde 2018 apenas 13 famílias decidiram pagar pela vinda dos corpos***

A *Operação Conservação de Memórias* haveria de ir mais quatro vezes à Guiné e sete a Moçambique. Em Angola, vários problemas burocráticos impediram, até agora, a realização de uma operação, refere Chito Rodrigues. Recuperaram 43 corpos na Guiné e outros 73 corpos em Moçambique, que estão em dois ossários, um em Bissau e outro em Nampula. Desde 2008, apenas 13 famílias decidiram pagar pela vinda dos corpos: nove da Guiné, dois de Moçambique e dois de Angola, constata o responsável da Liga dos Combatentes.

Chito Rodrigues diz que há várias razões para terem sido tão poucas famílias a pedir a transladação. Uma delas podem ser os custos envolvidos, depois, quase 99% dos militares não tinham filhos, os familiares

que ficam são irmãos, sobrinhos ou familiares mais distantes e, claro, há o tempo, já passaram 40, 50 anos sobre estas mortes.

A seguir ao funeral do irmão, a mãe de Conceição Vitoriano Maia, que tinha parado de falar do filho, voltou a falar dele uns tempos e depois calou-se. “Ficou guardadinho lá na gaveta.” Finalmente arrumado.

Para Conceição Vitoriano, “há imensas famílias com isso por resolver, a prova é essa senhora”. Fala de Ernestina Silva, cujo caso conheceu pela televisão.

Fotografia da guerra colonial exposta no Museu Militar do Porto DR

O historiador Miguel Bandeira Jerónimo, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, diz que esta recente transladação de um pai “ajuda-nos a perceber o que foi o império colonial português, a perceber a natureza do regime, a escassez de informação, o desrespeito que o regime tinha pela vida humana”. “São legados que não terminaram de todo.” “Há um ser humano, há uma família, há uma filha que não conheceu o pai.”

“A transladação é uma questão do foro privado, mas o Estado devia assegurá-las, se as famílias o desejarem. Devia ter sido feito pelo regime que conduziu a esta situação, mas esta, entre as muitas coisas que a democracia portuguesa tem para fazer, é uma obrigação moral do Estado democrático em relação ao seu passado.”  
“O grande problema é enterrar esta questão” e deixar que seja enredada “em discursos nacionalistas”.

## ***“Quero trazer o meu irmão, quero que os meus pais descansem”***

Otilia Gonçalves

“Estes são retornos por fazer. Há uma família que tem o direito a este reencontro.” “Foi uma guerra de classes, por que é que deve continuar a assentar em desigualdade social?” A transladação do pai de Ernestina de Angola custou 7500 euros, a filha avançou com 2500, o restante foi

angariado pelos pára-quedistas. O historiador chama a estes casos “os lutos inacabados do império”.

“Eu revi-me na pele da Tina. Tenho muito orgulho de ela ter conseguido.” Otília Gonçalves, 54 anos, conheceu pela Internet a filha que trouxe o pai de Angola, foi de propósito de Braga a Lobão da Beira para o funeral. Anda há cerca de dez anos a tentar trazer “o mano” de Angola. O irmão, o mais velho de 11 filhos, morreu no início da guerra, a 15 de Outubro de 1961, junto a uma fazenda chamada “Tentativa”. Embora nunca o tenha conhecido sem ser de foto, a presença da sua ausência marcou-lhe a infância na aldeia de Ponte de São Vicente, distrito de Braga. “Eu, pequenina, ia dar com a minha mãe a chorar sentada no chão, atrás do milho. ‘Sai daqui’”, ordenava à filha. Não queria que a sua dor fosse vista. Foi assim durante anos. No Verão, na altura de arejarem as roupas, do fundo de uma arca de madeira saía também o livro da primária “do mano”. É a única dos irmãos que não desiste. “Os meus irmãos acham que já não há nada para trazer.” Para Otília, há algo inacabado. Só receberam um telegrama a dizer que tinha morrido de acidente, perto de Nambuangongo, “muito simples e frio, ponto final. Se quisessem o filho, tinham de pagar. Era impossível. Tinham de vender a casa e as terras, claro que não dava”. Chamava-se Aquilino da Silva Gonçalves, era segundo cabo do Exército, ia fazer 21 anos.

Escreveu cartas e *emails* ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, “a todos os órgãos”. “Acusamos a recepção, com os melhores cumprimentos.’ Mais nada. Tenho tudo arquivado.” “Quero trazer o meu irmão, quero que os meus pais descansem.” “Há muita gente que já não tem família mas há muita gente que ainda os quer trazer. Eu preciso.”

*Este artigo encontra-se publicado no P2, caderno de domingo do PÚBLICO*



APOIADO POR

[MAIS RECOMENDAÇÕES](#)